

EDITAL Nº 059-2019 - REGIONAL GUANAMBI 2019 _____	2
GABARITO DA PROVA DE DIREITO - GUANAMBI 2019 _____	9
RESULTADO DO RECURSO REGIONAL DE GUANAMBI - 2019 .	10
Classificação da seleção para estagiários do curso de direito p Regional de Guanambi - 2019 _____	11
1ª CONVOCAÇÃO CANDIDATOS PARA REGIONAL DE GUANAMBI 2019, vagas Caetité, Caculé, Igaporã, Urandi _____	12
1º MANIFESTAÇÃO INTERESSE CANDIDATO HABILITADO PARA REGIONAL DE GUANAMBI 2019 - Vaga Palmas de Monte Alto _____	13
2ª CONVOCAÇÃO CANDIDATOS PARA REGIONAL DE GUANAMBI 2019, vagas Palmas de Monte Alto _____	14
3ª CONVOCAÇÃO CANDIDATOS PARA REGIONAL DE GUANAMBI 2019 _____	15

Diário nº 2.332 de 07 de março de 2019

**CADERNO 1 - ADMINISTRATIVO > MINISTÉRIO PÚBLICO > PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > SECRETARIA GERAL**

### **EDITAL Nº 059/2019**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições e com base no disposto nos artigos 60, 61 e 62 da Lei Complementar Estadual nº 11, de 18 de janeiro de 1996, e na Resolução nº 019/2010, alterada pelas Resoluções nº 067/2010, nº 021/2013, nº 022/2015, nº 129/2015 e nº 162/2015, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia, divulga e estabelece normas específicas para a realização de **seleção de estagiários do Curso de Direito da PROMOTORIA REGIONAL DE GUANAMBI**.

#### **1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**1.1** A Comissão de Seleção será constituída pelos Promotores de Justiça **Dra. Tatyane Miranda Caires de Mansine Castro, Dr. Leandro Mansine Meira Cardoso de Castro e Dr. Francisco Freitas júnior**, sob a presidência da primeira, com o apoio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF.

**1.2** - A seleção visa ao preenchimento de **cadastro reserva** para a sede da Promotoria Regional (Promotoria de Justiça de Guanambi), e **05 (cinco) vagas** para as demais Promotorias da Regional (**Caculé, Caitité, Carinhanha, Igaporã, Jacaraci, Licínio de Almeida, Malhada, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Tanque Novo, Urandi**), no período de validade do certame.

**1.2.1** - Será reservado 30% (trinta por cento) do total das vagas aos candidatos negros, amparados pelo Decreto Estadual nº 15.353, de 08 de agosto de 2014, que regulamenta o art. 49 da Lei Estadual nº 13.182, de 06 de junho de 2014 e pelo artigo 4º do Ato nº 544/2014, do Conselho Superior do Ministério Público da Bahia.

**1.2.1.1** - Poderão concorrer às vagas reservadas a Candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça, utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

**1.2.1.2** - Na hipótese de constatação de declaração falsa, o Candidato será eliminado da seleção e, se houver sido contratado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao estágio, e conseqüente desligamento, mediante prévia apuração a cargo do CEAF, garantida a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

**1.2.1.3** - Os Candidatos negros que optarem pela reserva de vagas de que trata este edital concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação na seleção.

**1.2.1.4** - Na hipótese de não haver número suficiente de candidatos negros aprovados para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

#### **Quadro de vagas**

<b>Promotoria</b>	<b>Ampla Concorrência</b>	<b>Negros</b>
<b>Guanambi</b>	-	-
<b>Demais Promotorias</b>	<b>04 (quatro)</b>	<b>01 (uma)</b>

**1.2.2** – Aos candidatos aprovados é assegurada quando da contratação, a percepção da bolsa de complementação educacional e, também do auxílio transporte se declarar dele necessitar.

**1.2.3** – Os Candidatos aprovados e investidos na função desempenharão suas atividades no turno pelo qual optaram no momento da inscrição.

## **2. DAS INSCRIÇÕES**

**2.1** - As inscrições para a seleção de estagiários serão realizadas no período de **11 de março a 28 de março de 2019**, no horário das **08:30 às 11:30 e das 14:00 às 16:00**, na sede da **Promotoria de Justiça de Guanambi**, situada na **Avenida Messias Pereira Donato, nº 430, Aeroporto Velho, Guanambi/BA**.

**2.2** – Para proceder à inscrição, todos os candidatos deverão apresentar:

- a) fotocópia autenticada do documento de identidade;
- b) 02 (duas) fotos 3 x 4 iguais e recentes;
- c) Comprovante de recolhimento devidamente autenticado pelo banco no valor de **R\$ 30,00 (trinta reais)**, em nome do Ministério Público do Estado da Bahia, na **conta corrente nº 992.303-9, agência 3832-6, Banco Brasil – 001, feito exclusivamente em DINHEIRO ou transferência bancária**.

**2.3** - Serão consideradas nulas inscrições feitas por depósitos, transferências bancárias ou recolhimentos em caixas rápidos que não forem confirmadas pelo Banco.

**2.4** - No ato da inscrição, os candidatos deverão especificar, obrigatoriamente, o local onde deseja realizar o estágio, ou seja, se na sede da Regional ou nas demais Promotorias da Regional.

**2.5** – Ocorrendo vacância para estágio em uma das Promotorias que compõem a Regional, inclusive sede, e não havendo mais candidatos para essas opções, ofertar-se-á a vacatura ao próximo candidato habilitado em outra opção, garantindo-lhe, tão logo ocorra, o direito de assumir a vaga para qual fez opção no ato de inscrição na Seleção, observada, rigorosamente, a ordem de classificação.

**2.6** - É vedada a transferência, para terceiros, do valor pago a título de taxa de inscrição.

**2.7** - O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento da seleção, por conveniência do Ministério Público.

**2.8** - O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF concederá a isenção da taxa de inscrição para o candidato que:

- I – estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007; e
- II – for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 2007.

§ 1º A isenção mencionada no caput deverá ser solicitada mediante requerimento do candidato, contendo:

- I – indicação do Número de Identificação Social – NIS, atribuído pelo CadÚnico; e
- II – declaração de que atende à condição estabelecida no inciso II do caput.

§ 2º O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF consultará o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

§ 3º A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 06 de setembro de 1979.

**2.8.1** - a dispensa da taxa de inscrição deverá ser formulada mediante requerimento específico, nos 2 (dois) primeiros dias que se seguirem ao início das inscrições, devendo ser publicada a decisão no site [www.mpba.mp.br](http://www.mpba.mp.br), no prazo de 48h (quarenta e oito horas) após o transcurso do quinqüídio

**2.8.2** - Não caberá recurso da decisão que indeferir o pedido de dispensa do pagamento da taxa de inscrição.

**2.8.3** - No caso de indeferimento do pedido, o interessado deverá efetuar a inscrição conforme disposto no item 2.2 supra e seus subitens.

### **3 - DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DA PROVA**

**3.1** A prova de seleção será realizada no dia **14 de abril de 2019 (domingo) das 08:00 às 11:00h**, no (a) **Prédio Novo da Faculdade Guanambi - FG**, situado na Avenida Governador Nilo Coelho, S/N, São Sebastião, Guanambi/BA.

**3.2** O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização da prova de seleção, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos antes do início da prova, munido do documento de identidade apresentado no ato da inscrição, do comprovante de inscrição e de caneta esferográfica azul ou preta.

**3.2.1** Serão considerados documentos de identificação os expedidos por Secretaria de Segurança Pública, ou aqueles que, por lei federal, valham como identidade, tais como Carteira de Trabalho e Previdência Social e Carteira Nacional de Habilitação (modelo novo, com foto).

**3.2.2** Não serão aceitos documentos de identificação em cópias, ainda que autenticadas, ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

**3.2.3** Os documentos de identificação deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato, e conter, obrigatoriamente, foto e data de nascimento

**3.3** - No decorrer da realização da prova de seleção, o candidato deverá observar as seguintes normas gerais:

- a) sempre que solicitado, exibir sua ficha de inscrição e atender às regulares determinações do pessoal encarregado da aplicação da prova e fiscalização dos trabalhos;
- b) a folha de respostas da prova deverá ser preenchida com caneta esferográfica de tinta azul escuro ou preta;
- c) só quando devidamente autorizado, poderá ausentar-se do recinto da prova;
- d) é expressamente vedada qualquer consulta, inclusive à Constituição Federal ou a códigos e textos de leis, doutrina e jurisprudência.

**3.4** - Não haverá, sob qualquer hipótese, substituição da folha de resposta.

**3.5** - Será eliminado automaticamente o candidato que:

- a) desatender a qualquer das normas previstas no item 3.3 supra;
- b) não comparecer à realização da prova, na hora designada;
- c) agir com incorreção ou descortesia;
- d) tentar comunicar-se por qualquer meio, durante a prova, com pessoa não autorizada;
- e) marcar ou colocar, na folha de respostas da prova, qualquer sinal que possibilite sua identificação.

**3.6** Não haverá, sob qualquer hipótese, segunda chamada para a prova, e sua realização não poderá ocorrer fora da data e horário estabelecidos, considerando-se eliminado o candidato que faltar ou se recusar a submeter-se à prova.

### **4. DA PROVA**

**4.1** Os candidatos serão submetidos a processo seletivo, que consistirá na aplicação de uma prova objetiva, com 50 (cinquenta) questões, sendo trinta e nove de conhecimentos jurídicos e onze de conhecimentos de língua portuguesa, compostas de cinco alternativas ("a", "b", "c", "d" e "e") valendo 2,0 (dois) pontos cada questão, versando sobre o conteúdo programático constante no Anexo Único.

## 5. DOS RECURSOS

**5.1** - A divulgação do gabarito ocorrerá no dia **15 de abril de 2019**.

**5.2** - Recursos às questões da prova de seleção deverão ser apresentados no dia **16 de abril de 2019, das 08h às 12h e das 14h às 17h**, na Promotoria de Justiça de **Guanambi**, situada na **Avenida Messias Pereira Donato, nº 430, Aeroporto Velho, Guanambi/BA**.

## 6. DA CLASSIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO

**6.1** A reunião pública de identificação das provas e divulgação de resultados do processo seletivo para estagiários de Direito ocorrerá na data provável de **08 de maio de 2019, às 15h**, na Promotoria de Justiça de **Guanambi**, situada na **Avenida Messias Pereira Donato, nº 430, Aeroporto Velho, Guanambi/BA**.

**6.2** As notas dos candidatos serão publicadas na página eletrônica: <http://www.mpba.mp.br/institucional/ceaf/estagios> na data provável de **09 de maio de 2019**.

**6.3** O candidato que obtiver nota igual ou superior a **50 (cinquenta)** pontos será considerado habilitado no processo seletivo.

**6.4** Para efeito de desempate na classificação, serão observados os seguintes critérios:

- a) maior número de pontos obtidos nas questões de Direito Constitucional e Legislação Especial;
- b) maior número de pontos obtidos nas questões de Direito Penal e Direito Processual Penal.
- c) maior número de pontos obtidos nas questões de Direito Civil e Direito Processual Civil.
- d) maior número de pontos obtidos nas questões de Conhecimento de Língua Portuguesa;
- e) candidato mais idoso;
- f) sorteio, em sessão pública, especialmente destinada a esse fim.

**6.5** O resultado final será divulgado na data provável de **21 de maio de 2019** e publicado na página eletrônica: <http://www.mpba.mp.br/institucional/ceaf/estagios>.

**6.6** O candidato habilitado será recrutado, por ordem de classificação, para o Programa de Estágio, devendo aquele cuja classificação for insuficiente ao recrutamento imediato integrar lista de reserva e aguardar convocação para preenchimento de vaga que vier a surgir, respeitado o prazo de validade do processo seletivo e as necessidades do Ministério Público.

## 7. DOS REQUISITOS PARA ASSUNÇÃO AO ESTÁGIO

**7.1** A convocação para apresentação da documentação constante no item 7.2 será publicada na página eletrônica: <http://www.mpba.mp.br/institucional/ceaf/estagios>.

**7.2** Para assumir as funções do estágio, o candidato deverá apresentar, os seguintes documentos:

- a) original do comprovante de matrícula, que demonstre estar cursando, no mínimo e de acordo com as pertinentes grades curriculares, o semestre correspondente à metade do curso de bacharelado em Direito de uma das Instituições de Ensino Superior conveniadas com o Ministério Público;
- b) original do histórico escolar do curso de bacharelado em Direito;
- c) original da Certidão de Antecedentes Criminais emitido pela Secretaria de Segurança Pública;
- d) original do atestado de boa conduta firmado por 02 (dois) professores do curso de Direito ao qual está vinculado;
- e) 02 (duas) cópias do comprovante de residência;
- f) 02 (duas) cópias do documento de identificação e do CPF;
- g) 01 (uma) foto 3 x 4 recente;
- h) 02 (duas) cópias de comprovante de conta corrente do Banco Bradesco;
- i) declaração sobre a necessidade de auferir o auxílio para deslocamento, consoante modelo oferecido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF;

j) declaração de que não desempenha nenhum cargo, emprego ou função pública, inclusive estágio, bem como que não exerce atividades concomitantes em outro ramo do Ministério Público, com a advocacia, pública ou privada, bem como no Poder Judiciário, ou nas Polícias Civil, Militar ou Federal, consoante modelo oferecido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF.

**7.2.1** O prazo para apresentação da referida documentação é peremptório; o não comparecimento para apresentação da documentação acarretará a desclassificação do candidato no certame.

**7.3** O candidato habilitado, quando convocado para investidura na função, que não comprove ser estudante de instituição conveniada com o Ministério Público do Estado da Bahia, será considerado eliminado.

**7.4** O candidato que não desejar assumir imediatamente a vaga que lhe foi ofertada, poderá solicitar que o seu nome seja remanejado para o final da lista, caso em que somente será chamado após a nomeação dos demais habilitados.

**7.5** O estudante habilitado no processo seletivo que não atender à convocação para assumir o estágio no Ministério Público, no prazo estipulado, será considerado desistente, podendo o Ministério Público, caso seja de sua conveniência, abrir novo processo seletivo.

## **8. DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL**

**8.1** A investigação social possui caráter eliminatório e tem por objetivo verificar se o candidato possui idoneidade moral e conduta ilibada, imprescindíveis para o exercício das atribuições inerentes à função de Estagiário dessa Instituição;

**8.2** A investigação social ocorrerá após o resultado final do Processo Seletivo, constante do item 6.5 deste Edital;

**8.3** A Comissão instituída para realizar a investigação social dos candidatos terá ampla autonomia para requisitar de quaisquer fontes as informações necessárias sobre a vida pregressa e a personalidade dos candidatos.

## **9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**9.1** O Estágio será regido pelas normas constantes da Lei Complementar Estadual nº 11/96, com alterações promovidas pela Lei Complementar Estadual nº 17/2002, Lei nacional 11.788/08, Resolução CNMP nº 42, de 16 de junho de 2009 e Resolução nº 019/2010, alterada pelas Resoluções nº 067/2010, nº 021/2013, nº 022/2015, nº 129/2015 e nº 162/2015, do Conselho Superior do Ministério Público da Bahia.

**9.2** A seleção para estagiário do Ministério Público terá prazo de validade de 01 (um) ano, contado da data da divulgação do resultado final podendo o mesmo ser prorrogado por igual período.

**9.3** Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Seleção.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, **27 de fevereiro de 2019.**

**EDIENE SANTOS LOUSADO**  
Procuradora-Geral de Justiça

## ANEXO ÚNICO

### CONHECIMENTOS JURÍDICOS:

a) **DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL:** 1. Dolo. Conceito. Teorias. Elementos do dolo. Espécies e outros elementos subjetivos. 2. Erro de tipo. Conceito. Erro de tipo permissivo. Erro de tipo escusável e inescusável. Crime culposos. Erro acidental. Erro provocado por terceiro. Erro sobre o objeto. Erro na execução. Resultado diverso do pretendido. Erro e relação de causalidade. 3. Antijuridicidade. Conceito. Formas. Causas de justificação. Os excessos. Consentimento do ofendido. Teoria da adequação social e o princípio da insignificância. 4. Princípio da culpabilidade. Responsabilidade objetiva. Crimes qualificados pelo resultado. Crime preterdoloso. 5. Culpabilidade. Teorias. Conceito. Elementos. 6. Imputabilidade. Conceito. Causas de exclusão. Imputabilidade diminuída. Imputação objetiva. Embriaguez. Actio libera in causa. Emoção e paixão. 7. Consciência da ilicitude. Conceitos e teorias. Erro e proibição. Conceito e formas. Distinção entre erro de proibição e erro de tipo. Erro de proibição vencível e erro de proibição invencível. 8. Exigibilidade de comportamento conforme o direito. Princípios gerais. Coação moral irresistível. Obediência hierárquica. 9. Estrutura do crime culposos. Princípio da confiança. 10. Estrutura do crime omissivo. Crime omissivo próprio. Crime comissivo por omissão. Tipo subjetivo nos crimes omissivos. 11. Tentativa. Conceito. Natureza e elementos. Crime tentado, crime consumado e exaurimento. Formas de tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Crime impossível e delito putativo. Arrependimento posterior. 12. Concurso de pessoas. Concurso necessário e concurso eventual. Autoria e participação. Autoria mediata e autoria colateral. Circunstâncias comunicáveis e incommunicáveis. Natureza jurídica do concurso e da participação. Da cooperação dolosamente distinta. Punibilidade. 13. Teoria da pena. Espécies. Fundamentos, fins e conceito da pena. Classificação das penas. Penas privativas de liberdade e restritivas de direito. Pena de multa. Regimes. Detração penal. Medidas de segurança. 14. Aplicação da pena. Técnica de fixação da sanção penal. Circunstâncias judiciais. Conceito e classificação. Sursis. 15. Concurso de crimes. Concurso material, concurso formal e crime continuado. 16. Condições objetivas de punibilidade e condições de procedibilidade. Escusas absolutórias. 17. Extinção da punibilidade. Conceito. Momento da ocorrência e efeitos da sua extinção. 18. Ação penal. Espécies. Crime complexo. 19. Prescrição. Espécies. Prazos. Características. 20. Perdão judicial. Conceito. Natureza jurídica. 21. Crimes contra a pessoa. 22. Crimes contra o patrimônio. 23. Crimes contra os costumes. 24. Falsidade de títulos e outros papéis públicos, falsidade documental e outras falsidades. 25. Crimes contra a administração pública. Lei nº 9.983/00. Lei nº 10.028/00. 26. Lei Antidrogas. Lei 11.343/2006. 27. Crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Lei nº 7.716/89. Lei nº 9.459/97. 28. Juizados Especiais Criminais. Lei nº 9.099/95. Lei nº 10.259/01. 29. Crimes hediondos. Lei nº 8.072/90. 30. Execução Penal. Direitos e Deveres do Sentenciado. Objeto e Aplicação da Lei Penal. Livramento Condicional. Reabilitação. 31. Sistemas de investigação criminal: sujeitos, objeto e atos. O contraditório e a ampla defesa na investigação criminal. A investigação criminal e o Ministério Público.. Inquérito Policial: conceito, características, natureza jurídica e espécies. O início do inquérito policial. As diligências policiais. O sigilo e a incomunicabilidade do indiciado. O trancamento do inquérito policial. Arquivamento e desarquivamento. O valor probatório dos atos investigatórios e dos elementos colhidos na fase investigatória. Vícios e nulidades no inquérito policial. Indiciamento. Prazo para encerramento. A fase policial nas infrações penais de menor potencial ofensivo. 32. Ação penal: conceito, natureza jurídica e classificações. Ação penal pública e ação penal de iniciativa privada. Conceito, legitimidade, espécies e princípios. A representação do ofendido e a requisição do Ministro da Justiça. A denúncia: conceito, requisitos, prazo, aditamento. A queixa: requisitos, titulares e prazo. A intervenção do Ministério Público na ação penal de iniciativa privada. Renúncia, perdão, perempção e decadência. Condições da ação e pressupostos processuais. O recebimento e a rejeição da peça acusatória. 33. Jurisdição: conceito, características, princípios, formas, objeto. Órgãos. Competência penal: conceito. Critérios determinadores e causas modificadoras da competência de foro e do juízo. A conexão e a continência. O desaforamento. A perpetuatio jurisdictionis. Crimes contra a honra e a exceção da verdade na competência por prerrogativa de função. As disposições especiais. A competência funcional. Conflito de competência. 34. Sujeitos processuais: Ministério Público, juiz, acusado, defensor, assistente. 35. Atos processuais: conceito, classificação, forma, tempo, lugar, prazos. Preclusão. Atos das partes, do Juiz, dos auxiliares da Justiça e de terceiros. Atos simples, complexos e compostos. Atos de comunicação processual: espécies e formas. A revelia no processo penal. 36.

Da prova: conceito, objetivo, objeto, fontes e elementos. Classificação e princípios. Os meios de prova em espécie previstos no Código de Processo Penal e em leis extravagantes. O ônus da prova no processo penal. A prova emprestada. Provas admissíveis e provas proibidas. Provas direta e indireta. Sistemas de apreciação ou avaliação das provas. O princípio do livre convencimento. A iniciativa instrutória do Juiz de Direito. 37. A prisão provisória: conceito e espécies. A prisão provisória e a Constituição Federal. O princípio da presunção de inocência. 15. A liberdade provisória: conceito e espécies. Relaxamento e revogação da prisão: distinção. A liberdade provisória e a Constituição Federal. 38. Procedimento Comum: ordinário, sumário e sumariíssimo. O procedimento para os crimes dolosos contra a vida e conexos. Os procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal e em leis extravagantes. Emendatio libelli e mutatio libelli. A suspensão condicional do processo. 39. Os Juizados Especiais Criminais. 40. Nulidades: conceito, classificações e sistema legal. Princípios. As nulidades previstas no Código de Processo Penal. Nulidades absoluta e relativa. A anulabilidade. As irregularidades. A inexistência jurídica. Arguição, saneamento e efeitos. Prazos. 41. Recursos: conceito, natureza jurídica, princípios gerais e específicos, classificações, efeitos e extinção. O direito intertemporal. Reformatio in pejus e reformatio in melius. O duplo grau de jurisdição. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito. Recursos em espécie previstos no Código de Processo Penal e em leis extravagantes. Os recursos constitucionais. As ações autônomas de impugnação: Habeas Corpus. Revisão criminal. Mandado de segurança em matéria criminal.

**b) DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL:** Capacidade; Negócio e Ato Jurídico: noções básicas, seus defeitos e conseqüências; Casamento, união estável, filiação, alimentos; Divórcio; Investigação de paternidade; Da proteção da pessoa dos filhos; Poder familiar: suspensão e extinção; Tutela e Curatela; Lei de Registros Públicos: Lei nº 6.015/73 (Art. 1º a Art. 121 e Art. 182 a 226); Princípios do processo civil; Pressupostos processuais e condições da ação; Jurisdição e competência; Principais atos processuais: petição inicial, citação, contestação, exceções, reconvenção, sentença; O Ministério Público e o processo civil - agente e interveniente; Procedimentos de jurisdição voluntária, alvará; Lei da Ação Civil Pública: Lei nº 7.347/85.

**c) DIREITO CONSTITUCIONAL:** Título II - Capítulo I - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Capítulo II - Dos Direitos Sociais. Capítulo III – Da Nacionalidade. Capítulo IV – Dos Direitos Políticos. Capítulo V – Dos Partidos Políticos. Título III - Capítulo VII - Da Administração Pública. Seção I - Disposições Gerais; Seção II - Dos Servidores Públicos. Título IV- Capítulo III - Do Poder Judiciário. Capítulo IV – Seção I - Do Ministério Público. Seção II – Da Advocacia Pública. Seção III – Da Advocacia e da Defensoria Pública. Título VIII - Capítulo I - Disposição Geral. Capítulo II – Seção I – Disposições Gerais. Seção II – Da Saúde. Capítulo VI - Do Meio Ambiente. Capítulo VII – Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso.

**d) LEGISLAÇÃO ESPECIAL:** Código de Defesa do Consumidor: Lei nº 8.078/90. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei Nº 8.069/90. Estatuto do Idoso: Lei Nº 10.741/2003. Arbitragem: Lei Nº 9.307/96; Crimes Ambientais: Lei Nº 9.605/98; Improbidade Administrativa: Lei Nº 8.429/92.

### **CONHECIMENTOS DE LÍNGUA PORTUGUESA:**

Leitura e Interpretação de textos. Ortografia. Divisão Silábica. Estrutura e Formação de Palavras. Figuras de Linguagem. Vícios de Linguagem. Funções da Linguagem. Encontros Vocálicos e Consonantais. Acentuação. Pontuação. Emprego de Crase. Pontuação. Flexão Nominal e Verbal. Verbos defectivos. Vozes Verbais (transformação). Uso e Colocação de Pronomes. Concordância Nominal e Verbal. Regência Nominal e Verbal. Análise Sintática: Termos da Oração. Frase. Oração. Período: Processo de Coordenação e Subordinação. Emprego das Conjunções. Semântica: Significação das Palavras, Sinônimos, Antônimos, Homônimos, Parônimos, Polissemia, Denotação e Conotação.

**SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA  
REGIONAL DE GUANAMBI**

DATA: 14/04/2019

**GABARITO DA PROVA DE CONHECIMENTOS JURÍDICOS  
E DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Questão 01	Questão 11	Questão 21	Questão 31	Questão 41
<b>C</b>	<b>C</b>	<b>C</b>	<b>C</b>	<b>B</b>
Questão 02	Questão 12	Questão 22	Questão 32	Questão 42
<b>D</b>	<b>B</b>	<b>B</b>	<b>E</b>	<b>C</b>
Questão 03	Questão 13	Questão 23	Questão 33	Questão 43
<b>B</b>	<b>E</b>	<b>D</b>	<b>D</b>	<b>D</b>
Questão 04	Questão 14	Questão 24	Questão 34	Questão 44
<b>C</b>	<b>D</b>	<b>C</b>	<b>B</b>	<b>A</b>
Questão 05	Questão 15	Questão 25	Questão 35	Questão 45
<b>A</b>	<b>C</b>	<b>C</b>	<b>C</b>	<b>E</b>
Questão 06	Questão 16	Questão 26	Questão 36	Questão 46
<b>E</b>	<b>B</b>	<b>B</b>	<b>B</b>	<b>A</b>
Questão 07	Questão 17	Questão 27	Questão 37	Questão 47
<b>A</b>	<b>B</b>	<b>E</b>	<b>C</b>	<b>A</b>
Questão 08	Questão 18	Questão 28	Questão 38	Questão 48
<b>B</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>E</b>	<b>D</b>
Questão 09	Questão 19	Questão 29	Questão 39	Questão 49
<b>E</b>	<b>E</b>	<b>E</b>	<b>D</b>	<b>B</b>
Questão 10	Questão 20	Questão 30	Questão 40	Questão 50
<b>B</b>	<b>A</b>	<b>A</b>	<b>D</b>	<b>E</b>

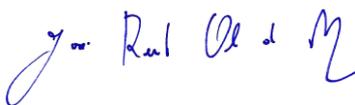
## SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO - REGIONAL DE GUANAMBI /2019

### COMUNICADO

A COORDENAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL – CEAF, DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA **COMUNICA** que a Comissão de Seleção para Estagiários do curso de **Direito para Regional de GUANAMBI**, constituída pelo **Edital nº 059/2019**, apreciou os recursos interpostos contra questões da prova de CONHECIMENTOS JURÍDICOS e CONHECIMENTOS DE LÍNGUA PORTUGUESA aplicada em 14/04/2019 e deliberou pelo seguinte:

QUESTÃO	DELIBERAÇÃO
03	Indeferido
23	Indeferido
40	Indeferido
49	Indeferido
50	Indeferido

Salvador, 23 de ABRIL de 2019



**JOSÉ RENATO OLIVA DE MATTOS**  
Promotor de Justiça  
Coordenador do CEAF

**SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - REGIONAL DE GUANAMBI****MAIO/ 2019****SEDE DA REGIONAL - AMPLA CONCORRÊNCIA (Guanambi)**

<b>CLASS.</b>	<b>CANDIDATO</b>	<b>NOTA</b>	<b>OPÇÃO</b>
1º	LHAIZA NEVES SOARES	54	AC
2º	JOANA SANTOS MARTINS ANDRADE	52	NE
3º	MARIA CLARA GOMES DA CRUZ FERNANDES	50	AC

**SEDE DA REGIONAL - VAGAS PARA NEGROS (Guanambi)**

<b>CLASS.</b>	<b>CANDIDATO</b>	<b>NOTA</b>
1º	JOANA SANTOS MARTINS ANDRADE	52

**DEMAIS PROMOTORIAS DA REGIONAL - AMPLA CONCORRÊNCIA**  
(Caculé, Caitité, Carinhanha, Igaporã, Jacaraci, Licínio de Almeida, Malhada,  
Palmas de Monte Alto, Pindaí, Tanque Novo e Urandi)

<b>CLASS.</b>	<b>CANDIDATO</b>	<b>NOTA</b>	<b>OPÇÃO</b>
1º	DANÚBIA MARIA DA SILVA GOMES	56	AC
2º	MAELI MARTA MUNIZ RIBEIRO	56	AC
3º	ELVISLANE TEIXEIRA SANTANA	52	NE
4º	WENDYS NASCIMENTO BOMFIM	50	AC

**DEMAIS PROMOTORIAS DA REGIONAL - VAGAS PARA NEGROS**  
(Caculé, Caitité, Carinhanha, Igaporã, Jacaraci, Licínio de Almeida, Malhada,  
Palmas de Monte Alto, Pindaí, Tanque Novo e Urandi)

<b>CLASS.</b>	<b>CANDIDATO</b>	<b>NOTA</b>
1º	ELVISLANE TEIXEIRA SANTANA	52

## CONVOCAÇÃO Nº 01

A COORDENAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL-CEAF DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados aprovados no Processo Seletivo para **ESTAGIÁRIOS DE DIREITO para REGIONAL DE GUANAMBI**, conforme **Edital nº 059/2019**, a comparecerem entre os dias **27/05 e 03/06/2019 das 08:30h às 11:30h e das 14:00h às 17:30h**, na sede da Promotoria de Justiça de Guanambi, situada na Rua dos Expedicionários, nº 174, Centro, Guanambi/BA, para entrega da **documentação exigida no item 7.2 do referido Edital**.

### DEMAIS PROMOTORIAS DA REGIONAL – AMPLA CONCORRÊNCIA (Caetité, Caculé, Igaporã, Urandi)

CLASS.	CANDIDATOS	NOTA
1º	DANÚBIA MARIA DA SILVA GOMES	56
2º	MAELI MARTA MUNIZ RIBEIRO	56
4º	WENDYS NASCIMENTO BOMFIM	50

### DEMAIS PROMOTORIAS DA REGIONAL – VAGAS PARA NEGROS (Caetité, Caculé, Igaporã, Urandi)

CLASS.	CANDIDATOS	NOTA
1º	ELVISLANE TEIXEIRA SANTANA	52

Salvador, 24 de MAIO de 2019



**JOSÉ RENATO OLIVA DE MATTOS**  
Promotor de Justiça  
Coordenador do CEAF

## CONVOCAÇÃO

A COORDENAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL-CEAF DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados, aprovados na seleção para estagiários do Curso de Direito para a Promotoria Regional de Guanambi, **Edital nº 059/2019**, a **manifestarem interesse através do e-mail: [uge.interior@mpba.mp.br](mailto:uge.interior@mpba.mp.br)** no preenchimento de **01 (uma) vaga** para estagiário de Direito para a Promotoria de Justiça de **Palmas de Monte Alto**.

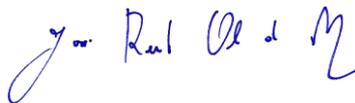
Os interessados deverão manifestar interesse até o dia **22/07/2019**.

Caso o estagiário não manifeste interesse no prazo estabelecido, será considerado desistente da referida vaga.

### CANDIDATOS CONVOCADOS

CANDIDATO	NOTA
LHAIZA NEVES SOARES	<b>54</b>
JOANA SANTOS MARTINS ANDRADE	<b>52</b>
MARIA CLARA GOMES DA CRUZ FERNANDES	<b>50</b>

Salvador, 08 de julho de 2019



**JOSÉ RENATO OLIVA DE MATTOS**  
Promotor de Justiça  
Coordenador do CEAF

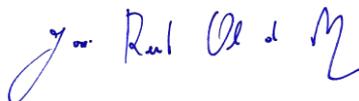
## CONVOCAÇÃO Nº 02

A COORDENAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL-CEAF DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados aprovados no Processo Seletivo para **ESTAGIÁRIOS DE DIREITO para REGIONAL DE GUANAMBI**, conforme **Edital nº 059/2019**, a comparecerem entre os dias **11/07 e 19/07/2019 das 08:30h às 11:30h e das 14:00h às 17:30h**, na sede da Promotoria de Justiça de Guanambi, situada na Rua dos Expedicionários, nº 174, Centro, Guanambi/BA, para entrega da **documentação exigida no item 7.2 do referido Edital**.

**DEMAIS PROMOTORIAS DA REGIONAL – AMPLA CONCORRÊNCIA**  
(Palmas de Monte Alto)

<b>CLASS.</b>	<b>CANDIDATOS</b>	<b>NOTA</b>
1º	LHAIZA NEVES SOARES	54

Salvador, 11 de JULHO de 2019



**JOSÉ RENATO OLIVA DE MATTOS**  
Promotor de Justiça  
Coordenador do CEAF

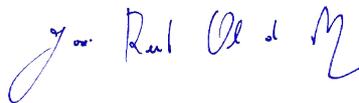
## CONVOCAÇÃO Nº 03

A COORDENAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL-CEAF DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados aprovados no Processo Seletivo para **ESTAGIÁRIOS DE DIREITO para REGIONAL DE GUANAMBI**, conforme **Edital nº 059/2019**, a comparecerem entre os dias **13/12 e 19/12/2019 das 08:30h às 11:30h e das 14:00h às 17:30h**, na sede da Promotoria de Justiça de Guanambi, situada na Rua dos Expedicionários, nº 174, Centro, Guanambi/BA, para entrega da **documentação exigida no item 7.2 do referido Edital**.

### SEDE DA REGIONAL - (Guanambi)

CLASS.	CANDIDATOS	NOTA
2º	JOANA SANTOS MARTINS ANDRADE	52
3º	MARIA CLARA GOMES DA CRUZ FERNANDES	50

Salvador, 12 de dezembro de 2019



**JOSÉ RENATO OLIVA DE MATTOS**

Promotor de Justiça  
Coordenador do CEAF